



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

MINUTA DE CONTRATO

LEI 14.133/2021

Modelo Padrão para Minuta de contrato (EPU/EPG) - Lei n. 14.133/2021 - Versão 012

Processo n.: 0101592-77.2025.8.24.0710

CONTRATO N. 000/20XX

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o **ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO**, e a empresa **XXXXXXXXXX LTDA.**, adotando-se o regime da Lei n. 14.133/2021

O **ESTADO DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO**, estabelecido na Rua Dr. Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 83.845.701/0001-59, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral Administrativo, Senhor **ALEXSANDRO POSTALI**, e a empresa **XXXXXXXXXX LTDA.**, estabelecida na Avenida Xxxxx Xxxxxx, XXXX, Xxxxxxx, Xxxxxx/SC, CEP xxxx, inscrita no CNPJ sob o n. 00.000.000/0000-00, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio-Gerente, Senhor **XXXXX XXXXXXXX**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo n. 0101592-77.2025.8.24.0710, referente ao Pregão Eletrônico n. 90004/2026, homologado em Xx.X.202x, mediante as cláusulas a seguir.

DOS DOCUMENTOS

Cláusula primeira. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

DO OBJETO

Cláusula segunda. Este contrato tem por objeto o fornecimento

contínuo de LEITE UHT (longa vida), tipo integral e/ou semi desnatado e/ou desnatado, embalagem Tetra - Pak, com quantitativos estimados, a serem adquiridos conforme a demanda do PJSC, em conformidade com este contrato, seus anexos e com a proposta apresentada.

§ 1º Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à entrega dos produtos, com o fornecimento da mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, traslado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

§ 2º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

§ 3º Os quantitativos dos bens objeto deste contrato são estimados e serão adquiridos conforme a necessidade do CONTRATANTE, sem a obrigatoriedade de aquisição de quantidade mínima durante a vigência contratual, ou seja, a prestação devida à CONTRATADA é fixada em função das unidades determinadas, a serem efetivamente solicitadas e entregues.

DA ENTREGA

Cláusula terceira. A entrega do objeto será de acordo com as condições contidas no Processo n. 0101592-77.2025.8.24.0710 e na proposta apresentada pela CONTRATADA, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

Parágrafo único. A CONTRATADA compromete-se a entregar o objeto descrito na cláusula segunda após o recebimento do pedido de entrega emitido pela **Seção de Gestão de Atas e Serviços de apoio ao Júri da Divisão Administrativa da Diretoria de Infraestrutura**, conforme disposições do termo de referência anexo.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula quarta. As disposições relativas à fiscalização contratual estão previstas no termo de referência anexo.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. As obrigações e responsabilidades das partes estão previstas no termo de referência anexo.

DO CRÉDITO

Cláusula sexta. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta do orçamento da unidade orçamentária Tribunal de Justiça do Estado, classificação funcional programática 02.122.0926.0954, natureza da despesa 3.3.90.30, com recursos oriundos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça para o

exercício de 2026.

Parágrafo único. A dotação orçamentária necessária para cobrir as despesas decorrentes do presente contrato para o exercício de 2027 constará da proposta de Lei Orçamentária Anual do Órgão 03000 – Tribunal de Justiça do Estado – do referido exercício financeiro.

DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. As disposições relativas ao pagamento estão previstas no termo de referência anexo.

DO REAJUSTE

Cláusula oitava. Mediante expresse pedido da CONTRATADA, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano a partir de 21/01/2026, data do Termo de Consolidação de Pesquisa de Preços.

§1º Na hipótese de índice deflacionário, a Administração providenciará de ofício o reajustamento dos valores registrados em favor do PJSC.

§ 2º Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pelas partes antes:

I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente;

II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;

III - do encerramento do contrato.

§ 3º O prazo previsto no *caput* somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da CONTRATADA, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula nona. As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021.

§ 1º A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, qual seja *dar causa à inexecução parcial do contrato*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A CONTRATADA estará sujeita às multas prevista no termo de referência anexo.

§ 3º Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

§ 4º Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 5º Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

§ 6º A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com correção monetária pelo índice oficial de inflação do Brasil.

§ 7º Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

I - as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e

II - na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

§ 8º A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de Santa Catarina será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

V - não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pelo CONTRATANTE; e/ou

VI - descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

§ 9º. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

§ 10. É admitida a reabilitação do contratado perante o PJSC, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública,

exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

§ 11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

§ 12. Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

§ 13. Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

§ 14. Além das penalidades acima citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas na [Resolução GP n. 88/2024](#) e no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da

sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 3º A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

§ 4º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§ 5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

DOS ENCARGOS

Cláusula décima primeira. As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula décima terceira. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

DOS PRAZOS

Cláusula décima quarta. Este contrato terá os seguintes prazos:

I – de vigência: a contar da data da assinatura do contrato até o adimplemento total das obrigações; e

II – de execução: 12 (doze) meses, a contar do recebimento da primeira autorização de fornecimento pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, mediante aditivo, se houver interesse das partes.

Parágrafo único. Os demais prazos relacionados ao fornecimento estão previstos no termo de referência anexo.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula décima quinta. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no Diário da Justiça Eletrônico, no Portal Nacional de Compras Públicas, nos termos do art. 94 inciso I, da Lei n. 14.133/2021, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário de Santa Catarina (www.tjsc.jus.br/contratos), cuja consulta é possível ao inserir o exercício (ano) e o número do contrato.

DO FORO

Cláusula décima sexta. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em duas vias de igual forma e teor.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

I. UNIDADE REQUISITANTE: Seção de Gestão de Atas e Serviços de apoio ao Júri da Divisão Administrativa da Diretoria de Infraestrutura.

II. OBJETO: Fornecedor contínuo de LEITE UHT (longa vida), tipo integral e/ou semi desnatado e/ou desnatado, embalagem Tetra - Pak, com quantitativos estimados, a serem adquiridos conforme a demanda do PJSC, observadas as especificações

constantes do presente termo de referência.

A) CÓDIGO DO CATÁLOGO DE MATERIAL: 445995

Ressalta-se que os códigos encontrados e informados são os que mais se aproximam das especificações técnicas mínimas exigidas pelo edital.

B) MARCA DE REFERÊNCIA: Tirol; Languiru; Parmalat; Elegê, Piracanjuba.

B.1) MODELO DA MARCA DE REFERÊNCIA: não se aplica.

B.2) MODELO E MARCA CUJA PARTICIPAÇÃO É VEDADA: não se aplica.

C) ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

1. Prazo de garantia mínimo de 30 dias, contados a partir do recebimento provisório, contra defeitos e/ou vício do produto.

2. Justificativa: O prazo de garantia legal está previsto no **art. 26 do Código de Defesa do Consumidor**, que estabelece **90 dias para bens duráveis** e **30 dias para bens não duráveis**, contados a partir do recebimento do produto.

3. Prevalecerá a garantia por tempo superior, na hipótese de o fabricante ou a CONTRATADA oferecer prazo superior ao exigido em edital.

4. Modo de prestação de assistência técnica durante o prazo de garantia:

4.1 Se, durante o prazo de garantia, os produtos ou serviços, apresentarem defeitos e/ou vícios, a CONTRATADA deverá substituí-los ou refazê-los no prazo de até **3 dias úteis**, a partir da comunicação por escrito;

4.2 Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o vício.

5. Local da realização da manutenção ou assistência técnica: No local onde foi feita a entrega do produto.

D) LOCAL DE ENTREGA DO BEM:

D.1) As entregas devem ocorrer nos locais descritos no Anexo I, podendo, eventualmente, ser criadas novas unidades de entrega;

D.2) No TJSC, Divisão de Serviços Gerais – TJSC, Fórum da Capital e Fórum Eduardo Luz: a entrega deverá ocorrer no período matutino, das 8:00 horas às 9:00 horas, respeitando-se tolerância de 1 (uma) hora para entrega dos produtos após transcorrido o horário estabelecido;

D.3) As demais entregas deverão respeitar o horário de expediente do PJSC (12:00 às 18:00 horas), podendo ser alteradas para o período matutino, mediante contato efetuado entre o PJSC e a CONTRATADA;

D.4) Todo e qualquer ajuste sobre horário diverso para entrega deverá ser informado à Seção de Gestão de Atas e Serviços de Apoio ao Júri vinculada à Divisão Administrativa da Diretoria de Infraestrutura através do endereço eletrônico: die.gestao@tjsc.jus.br.

E) FREQUÊNCIA E PERIODICIDADE: Os produtos serão requisitados conforme necessidade do PJSC, de forma parcelada, por meio de autorização de fornecimento.

F) ACONDICIONAMENTO DO OBJETO: Os produtos LEITE UHT (longa vida), tipo integral e/ou semi desnatado e/ou desnatado, deverão ser entregues em embalagem Tetra - Pak e em temperatura ambiente, ou seja, sem refrigeração prévia.

G) ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO:

1. A partir do recebimento da Autorização de Fornecimento iniciará, para a CONTRATADA, o prazo para a entrega dos produtos, que será de, no máximo:

I - 3 (três) dias úteis para o Tribunal de Justiça (Divisão de Serviços Gerais – Prédio Sede do TJSC), que integra os itens **24 e 25**; e

II - 7 (sete) dias úteis para as demais unidades e demais locais dos itens **24 e 25**.

2. O objeto contratado, observadas as condições estabelecidas no edital, será recebido da seguinte forma:

2.1 provisoriamente, no ato da entrega do(s) bem(ns), pela Secretaria do Foro ou pelos responsáveis administrativamente pelas unidades deste PJSC, ou ainda por servidores designados, que receberão os produtos;

2.2 definitivamente, em até 30 dias do recebimento provisório, por servidor da área técnica ou comissão composta de três membros, desde que os pedidos superem, individualmente, o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), após a comprovação da adequação do objeto às especificações do edital.

3. Constatada qualquer irregularidade, a CONTRATADA, devidamente comunicada, por escrito, terá **o prazo de 3 dias úteis**, a partir da notificação, para realizar a substituição/regularização necessária, às suas expensas.

4. Caso a CONTRATADA não retire os produtos irregulares nesse prazo, o PJSC dará ao bem a finalidade que lhe convier.

5. O período compreendido entre a entrega do objeto e a ciência da notificação para a troca do produto ou refazimento do serviço não será contabilizado para efeito de contagem dos prazos para substituição/regularização do bem.

6. Caso seja constatado que o objeto substituído/regularizado permanece em desacordo com as especificações do edital, a contagem do prazo para realizar nova substituição/regularização não será interrompida.

7. Na emissão da autorização de fornecimento a unidade demandante informará qual tipo de leite UHT deseja receber, se integral, semi desnatado ou desnatado.

III. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Com base nos estudos técnicos preliminares realizados, identificou-se que a aquisição de leite UHT para servir bebidas quentes e frias se apresenta a melhor solução para atender as

necessidades especificadas. Os critérios técnicos e funcionais considerados na avaliação justificam a escolha desse tipo de produto.

IV. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O Termo de Consolidação da Pesquisa de Preços (doc. 10168977) detalhará a pesquisa de mercado, considerando a amplitude de fontes de pesquisa para determinar o preço de referência do procedimento licitatório e integra o processo desta contratação.

V. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

A) DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Fornecer os produtos com registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, órgão responsável pela inspeção do leite longa vida, nas condições, no preço e no prazo estipulados na proposta. Entretanto, estando impossibilitada de cumprir o(s) prazo(s) de entrega, a CONTRATADA deverá adotar os seguintes procedimentos:

1.1 enviar eletronicamente para o endereço dmp.registrodepreco@tjsc.jus.br o pedido de prorrogação de prazo até a data-limite para a entrega do produto/o cumprimento da obrigação, endereçando-o à Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços, devendo o arquivo estar obrigatoriamente no formato PDF (Portable Document Format), com tamanho máximo de 10 (dez) megabytes, sem prejuízo da observância dos demais requisitos previstos nos arts. 12 a 15 da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7/2019.

2. O pedido de prorrogação do prazo de entrega deverá estar instruído com, no mínimo, as informações abaixo:

2.1 identificação do objeto, número do Pregão, número da Autorização de fornecimento e do contrato;

2.2 justificativa plausível quanto à necessidade da prorrogação;

2.3 documentação comprobatória; e

2.4 indicação do novo prazo a ser cumprido.

3. O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto nos incisos anteriores, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério da Administração o seu deferimento;

3.1 caso a Administração conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;

3.2 caso a Administração não conceda a prorrogação do prazo, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas pertinentes;

3.3 serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega/cumprimento da obrigação;

3.4 o não cumprimento do disposto nos itens anteriores deste item facultará ao PJSC a adoção de medidas objetivando possível extinção contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o

caso, nas sanções administrativas cabíveis;

4. Emitir a nota fiscal observando o disposto neste termo de referência;

5. Manter durante o prazo de validade do registro todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

6. Manter número telefônico e endereço de e-mail atualizados para efetivação dos pedidos durante a vigência do contrato;

7. Prestar garantia dos produtos contra defeitos e/ou vícios pelo prazo estabelecido neste termo de referência, a partir do recebimento provisório.

7.1 prevalecerá a garantia por tempo superior, na hipótese de o fabricante ou a CONTRATADA a oferecer;

7.2 se, durante o prazo de garantia, os produtos, apresentarem defeitos e/ou vícios, a CONTRATADA deverá substituí-los no prazo de até 30 dias, a partir da comunicação por escrito;

8. Efetuar a substituição dos produtos fornecidos, às suas expensas, caso seja detectada perda de qualidade;

9. Retirar na unidade onde foi realizado o fornecimento, no prazo de 30 dias, a partir do recebimento da comunicação por escrito, os produtos que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações do edital.

10. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, caso a exigência seja aplicável à CONTRATADA;

11. Dar conhecimento do Programa de Integridade das Contratações e do Código de Conduta das Contratações do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, implementados pela Resolução GP n. 30/2021, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, estando todos cientes das normas éticas, da vedação de práticas de fraude e corrupção, da responsabilização e das penalidades previstas para atos lesivos.

B) DAS OBRIGAÇÕES DO PJSC

1. Promover condições para a execução contratual objeto deste contrato;

2. Assegurar livre acesso das pessoas credenciadas pela CONTRATADA para execução dos serviços;

3. Empenhar os recursos necessários, garantido o pagamento das Notas Fiscais/Faturas em dia;

4. Publicar o extrato do contrato, seus aditivos, bem como os apostilamentos, se ocorrerem, no Portal da Transparência do Poder Judiciário de Santa Catarina (<https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaContrato>) — cuja consulta é possível ao inserir o exercício (ano) e o número do contrato —, no Diário da Justiça Eletrônico, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, veiculado no site do Tribunal de Justiça, no endereço www.tjsc.jus.br, e no Portal Nacional de Contratações Públicas, quando concluída integração do sistema que viabilize a transferência de dados;

5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades

constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

6. Fiscalizar a prestação de serviços, comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem sua imediata intervenção;

7. Controlar e acompanhar toda a execução deste contrato; e

8. Designar gestor operacional para acompanhamento do contrato, nos moldes da Resolução GP n. 78/2023.

VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

A) FISCALIZAÇÃO

1. O PJSC exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais abaixo indicados, nos termos dos arts. 41 a 44 da Resolução GP n. 78/2023 e do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos.

2. A forma de comunicação entre os gestores ou fiscais do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e o preposto da CONTRATADA será realizada preferencialmente pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI;

3. Compete ao Fiscal Técnico:

3.1 zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados ao PJSC;

3.2 verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;

3.3 acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e

3.4 indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

4. O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à CONTRATADA informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas ao Programa de Integridade das Contratações, implementado pela Resolução GP n. 30/2021;

5. A fiscalização do PJSC poderá exigir a substituição do preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato.

6. A fiscalização anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

7. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

8. Equipe de fiscalização:

GESTORA DO CONTRATO	Diretora da Unidade Requisitante
FISCAL TÉCNICO	Chefe da Seção de Gestão de Atas e Serviços de Apoio ao Júri e Chefe da Divisão Administrativa
FISCAL ADMINISTRATIVO	Chefe da Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços
INTEGRANTE DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS	Servidor da Unidade Requisitante
INTEGRANTE DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS	Servidor da Unidade Demandante ou Requisitante
INTEGRANTE DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS	Chefe da Seção de Recebimento de Bens/Divisão de Almoxarifado

B) PENALIDADES

1. Advertência: será aplicada em caso de infrações cometidas que prejudiquem a lisura do processo licitatório ou correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução do contrato, que venham ou não causar danos ao contratante ou a terceiros.

2. Multas:

2.1 - 5% (cinco por cento) ao dia, limitada a 15% (quinze por cento), sobre o valor total do(s) produto(s), pelo atraso na entrega;

2.2 - 5% (cinco por cento) ao dia, limitada a 15% (quinze por cento), sobre o valor total do(s) produto(s), por atraso na substituição ou na regularização daquele(s) entregue(s) em desacordo com as especificações;

2.3 - 5% (cinco por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento), sobre o valor total unitário do produto, pelo atraso na substituição deste, durante o período de garantia, sem prejuízo da aplicação dos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor;

2.4 - 10% (dez por cento), sobre o valor total do(s) produto(s) entregue(s) em desacordo com as especificações do edital. Fica afastada a incidência desta multa na hipótese em que a substituição/regularização ocorrer dentro do prazo inicialmente estipulado para a entrega; e,

2.5 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento), sobre o valor total dos produtos, pelo descumprimento de quaisquer das disposições do edital e anexos, ressalvadas aquelas para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas.

2.6. 0,5% a 5% sobre o valor do contrato em razão da litigância de má-fé.

2.6.1. considera-se litigante de má-fé aquele que:

I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;

II - alterar a verdade dos fatos; ou

III - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

VII. GERENCIAMENTO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO:

A) MAPA DE RISCOS: Mapa de Riscos Gerais da contratação foi realizado pelo PJSC e faz parte do processo de contratação (SEI n. [0015011-35.2020.8.24.0710](#)).

B) MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS: Os riscos contratuais foram alocados nas obrigações contratuais, não se vislumbrando necessidade de elaboração de matriz de riscos específica.

VIII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

a) O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA as importâncias estipuladas na tabela abaixo, de acordo com a quantidade efetivamente entregue:

ITEM 1 BALNEÁRIO PIÇARRAS, BARRA VELHA, ITAJAÍ, NAVEGANTES E PENHA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	7.000	R\$	R\$
ITEM 2 CAMBORIÚ, ITAPEMA, PORTO BELO E SÃO JOÃO BATISTA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	3.000	R\$	R\$
ITEM 3 GUARAMIRIM, JARAGUÁ DO SUL E SÃO FRANCISCO DO SUL PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	4.512	R\$	R\$
ITEM 4 ASCURRA, BLUMENAU, BRUSQUE, GASPAR, GUABIRUBA, INDAIAL, POMERODE E TIMBÓ PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	11.136	R\$	R\$
ITEM 5 CAMPOS NOVOS, FRAIBURGO, LEBON RÉGIS, SANTA CECÍLIA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	3.300	R\$	R\$
ITEM 6 CORREIA PINTO, LAGES E OTACÍLIO COSTA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	6.100	R\$	R\$
ITEM 7 BOM RETIRO, SÃO JOAQUIM E URUBICI PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	3.660	R\$	R\$
ITEM 8 CAPINZAL, CATANDUVAS, HERVAL D'OESTE E JOAÇABA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			

Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	4.020	R\$	R\$
ITEM 9 ARARANGUÁ, FORQUILHINHA, IÇARA, MELEIRO E TURVO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	5.000	R\$	R\$
ITEM 10 SANTA ROSA DO SUL E SOMBRIO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	1.500	R\$	R\$
ITEM 11 ARMAZÉM, BRAÇO DO NORTE, LAURO MÜLLER E ORLEANS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	3.000	R\$	R\$
ITEM 12 CAPIVARI DE BAIXO, GAROPABA, IMARUÍ, IMBITUBA, JAGUARUNA, LAGUNA E TUBARÃO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	6.036	R\$	R\$
ITEM 13 MAFRA E RIO NEGRINHO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	2.100	R\$	R\$
ITEM 14 CANOINHAS E PORTO UNIÃO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	3.948	R\$	R\$
ITEM 15 ITUPORANGA, RIO DO OESTE, RIO DO SUL E TROMBUDO CENTRAL PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	3.396	R\$	R\$
ITEM 16 RIO DO CAMPO E TAIÓ PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	1.176	R\$	R\$
ITEM 17 ITAPOÁ PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	720	R\$	R\$
ITEM 18 DIONÍSIO CERQUEIRA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

LEITE UHT	504	R\$	R\$
ITEM 19 SÃO JOSÉ DO CEDRO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	288	R\$	R\$
ITEM 20 SÃO MIGUEL DO OESTE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	1.320	R\$	R\$
ITEM 21 IPUMIRIM, ITÁ E SEARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	1.104	R\$	R\$
ITEM 22 PINHALZINHO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	504	R\$	R\$
ITEM 23 SÃO DOMINGOS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	864	R\$	R\$
ITEM 24 GRANDE FLORIANÓPOLIS AMPLA PARTICIPAÇÃO			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	75.000	R\$	R\$
ITEM 25 GRANDE FLORIANÓPOLIS COTA RESERVADA PARA ME e EPP (art. 48, III, da LC n.123/2006)			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	25.000	R\$	R\$

*Valores de acordo com a proposta vencedora.

1. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação (art. 121 c/c o art. 92, XVI, da Lei n. 14.133/2021), dentro do seu prazo de validade:

1.1 comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;

1.2 comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual, caso o valor do pagamento ultrapasse 50% da quantia estabelecido no art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021 e o prazo de entrega for superior a 30 (trinta dias).

1.3 comprovante da regularidade para com o FGTS, caso o valor do pagamento ultrapasse 25% da quantia estabelecida no art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021 e o prazo de entrega for superior a 30 (trinta dias); e

1.4 comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho, caso o valor do pagamento

ultrapasse 25% da quantia estabelecida no art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021 e o prazo de entrega for superior a 30 (trinta dias);

2. Os comprovantes de regularidade:

2.1 somente serão aceitos com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias;

2.2 serão substituídos por documento emitido pela Diretoria de Material e Patrimônio caso a CONTRATADA possua cadastro com o PJSC (com as certidões dentro do prazo de validade) ou no SICAF (níveis de cadastramento II e III);

3. Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

3.1. Será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de extinção contratual, com aplicação da multa rescisória; e, concomitantemente; e

3.2 Será realizado o pagamento, procedendo-se as retenções tributárias, na forma da lei.

b) Todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do CONTRATO e o número da Autorização de fornecimento correspondente.

1. A nota fiscal que não estiver de acordo com o estabelecido neste edital, não será aprovada por este PJSC e será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, oportunidade em que será sobrestado o processo de pagamento até que sejam corrigidos os problemas apontados.

2. A devolução da nota fiscal não aprovada por este PJSC em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda quaisquer fornecimentos.

c) CONTRATADA entregará a nota fiscal à/ao Chefe de Secretaria do Fórum de cada comarca ou dos responsáveis administrativamente pelas unidades deste PJSC ou ainda dos servidores designados.

d) Este PJSC compromete-se a efetuar o pagamento até o 15º (décimo quinto) dia útil, depois de cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

e) No caso de isenção do ICMS (prevista no RICMS/SC - Decreto Estadual n. 2870/2001 e alterações), a CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal com o valor bruto da operação. Deverá inserir, após, o valor do desconto, para que o valor líquido constante da Nota Fiscal corresponda ao valor de sua proposta bem como da Autorização de fornecimento. O PJSC não estará sujeito à isenção quando:

1. o contribuinte estiver no Simples Nacional;

2. na saída de mercadorias ou bens sujeitas ao regime de substituição tributária; ou

3. da caracterização das demais hipóteses previstas no RICMS/SC.

f) Caso não ocorra o pagamento da nota fiscal até o 15º (décimo quinto) dia útil por culpa exclusiva do PJSC, será efetuada a atualização monetária do 16º (décimo sexto) dia útil até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), nos termos do art. 92, inc. V, da Lei n. 14.133/2021.

g) Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão estar atrelados a raiz do CNPJ constante da proposta que originou o instrumento contratual.

IX. SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:

Para os itens **24 e 25**:as licitantes deverão apresentar,Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por terceiro, pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para fornecimento do produto em características e quantidade de, no mínimo,30% (trinta por cento)do quantitativo total estimadoparaos **itens 24 e 25**, de acordo com o item do qual participar, arredondando-se para o número inteiro imediatamente inferior no caso de fração. Caso o vencedor seja o mesmo para os dois itens, a percentagem recairá sobre a soma da quantidade dos dois itens.

Item	Comarcas	Quantidade em litros - leite UHT	Atestado de qualificação técnica operacional - Quantidade em litros - leite UHT
24	Grande Florianópolis	75.000	22.500
25	Grande Florianópolis	25.000	7.500

Será permitido o somatório de atestados/declarações para fins de comprovação da qualificação técnica.

Justificativa: considerando que os **itens 24 e 25** englobam todas as unidades e comarcas da Grande Florianópolis, inclusive a Sede do PJSC, locais onde o consumo de leite é alto e os pedidos são mais frequentes, é necessário que o licitante comprove, por meio do referido Atestado, que possui em seu quadro profissionais e materiais suficientes para atender tal demanda nos prazos previstos para entrega do produto.

Durante o certame, poderão ser requeridos documentos comprobatórios das informações constantes no(s) atestado(s) de capacidade técnica. Considerar-se-ão documentos hábeis:

- a) cópias de atas de registros de preços e/ou contratos, caso o emitente seja órgão público;
- b) cópias de notas fiscais, caso o emitente seja sociedade empresária privada ou de economia mista.

B) QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL: Não se aplica.

C) CONSÓRCIO: A participação de consórcio fica vedada em virtude de ser objeto comum e passível de ser executado por diversas entidades empresarias individualmente, de modo que a disputa estará preservada.

Vale ressaltar que a doutrina reconhece que a formação de consórcios acarreta risco

da dominação do mercado, por meio de pactos de eliminação de competição entre os empresários. Diante desses pontos negativos, a participação de consórcios em procedimentos licitatórios só deve ser autorizada quando puderem ser observadas vantagens para o PJSC, o que não se verifica no caso em apreço.

D) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Não se aplica.

E) VISITA TÉCNICA: Não se aplica.

F) AMOSTRA/TESTE DE CONFORMIDADE: Não se aplica.

G) DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELA UNIDADE REQUISITANTE:

X. QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO FORMULÁRIO-PROPOSTA:

<div>ITEM 1</div> <div>BALNEÁRIO PIÇARRAS, BARRA VELHA, ITAJAÍ, NAVEGANTES E PENHA</div> <div>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</div>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	7.000	R\$	R\$
<div>ITEM 2</div> <div>CAMBORIÚ, ITAPEMA, PORTO BELO E SÃO JOÃO BATISTA</div> <div>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</div>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	3.000	R\$	R\$
<div>ITEM 3</div> <div>GUARAMIRIM, JARAGUÁ DO SUL E SÃO FRANCISCO DO SUL</div> <div>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</div>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	4.512	R\$	R\$
<div>ITEM 4</div> <div>ASCURRA, BLUMENAU, BRUSQUE, GASPAR, GUABIRUBA, INDAIAL, POMERODE E TIMBÓ</div> <div>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</div>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	11.136	R\$	R\$
<div>ITEM 5</div> <div>CAMPOS NOVOS, FRAIBURGO, LEBON RÉGIS, SANTA CECÍLIA</div> <div>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</div>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	3.300	R\$	R\$
<div>ITEM 6</div> <div>CORREIA PINTO, LAGES E OTACÍLIO COSTA</div> <div>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</div>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	6.100	R\$	R\$
<div>ITEM 7</div> <div>BOM RETIRO, SÃO JOAQUIM E URUBICI</div> <div>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</div>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	3.660	R\$	R\$

<p align="center">ITEM 8</p> <p align="center">CAPINZAL, CATANDUVAS, HERVAL D'OESTE E JOAÇABA</p> <p align="center">PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</p>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	4.020	R\$	R\$
<p align="center">ITEM 9</p> <p align="center">ARARANGUÁ, FORQUILHINHA, IÇARA, MELEIRO E TURVO</p> <p align="center">PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</p>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	5.000	R\$	R\$
<p align="center">ITEM 10</p> <p align="center">SANTA ROSA DO SUL E SOMBRIO</p> <p align="center">PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</p>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	1.500	R\$	R\$
<p align="center">ITEM 11</p> <p align="center">ARMAZÉM, BRAÇO DO NORTE, LAURO MÜLLER E ORLEANS</p> <p align="center">PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</p>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	3.000	R\$	R\$
<p align="center">ITEM 12</p> <p align="center">CAPIVARI DE BAIXO, GAROPABA, IMARUÍ, IMBITUBA, JAGUARUNA, LAGUNA E TUBARÃO</p> <p align="center">PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</p>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	6.036	R\$	R\$
<p align="center">ITEM 13</p> <p align="center">MAFRA E RIO NEGRINHO</p> <p align="center">PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</p>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	2.100	R\$	R\$
<p align="center">ITEM 14</p> <p align="center">CANOINHAS E PORTO UNIÃO</p> <p align="center">PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</p>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	3.948	R\$	R\$
<p align="center">ITEM 15</p> <p align="center">ITUPORANGA, RIO DO OESTE, RIO DO SUL E TROMBUDO CENTRAL</p> <p align="center">PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</p>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	3.396		
<p align="center">ITEM 16</p> <p align="center">RIO DO CAMPO E TAIÓ</p> <p align="center">PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</p>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	1.176	R\$	R\$
<p align="center">ITEM 17</p> <p align="center">ITAPOÁ</p> <p align="center">PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</p>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	720	R\$	R\$

<p align="center">ITEM 18 DIONÍSIO CERQUEIRA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</p>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	504	R\$	R\$
<p align="center">ITEM 19 SÃO JOSÉ DO CEDRO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</p>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	288	R\$	R\$
<p align="center">ITEM 20 SÃO MIGUEL DO OESTE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</p>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	1.320	R\$	R\$
<p align="center">ITEM 21 IPUMIRIM, ITÁ E SEARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</p>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	1.104	R\$	R\$
<p align="center">ITEM 22 PINHALZINHO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</p>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	504	R\$	R\$
<p align="center">ITEM 23 SÃO DOMINGOS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP (art. 48, I, da LC n. 123/2006)</p>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	864	R\$	R\$
<p align="center">ITEM 24 GRANDE FLORIANÓPOLIS AMPLA PARTICIPAÇÃO</p>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	75.000	R\$	R\$
<p align="center">ITEM 25 GRANDE FLORIANÓPOLIS COTA RESERVADA PARA ME e EPP (art. 48, III, da LC n.123/2006)</p>			
Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE UHT	25.000	R\$	R\$

1) APLICAÇÃO DO ART. 48, I OU III DA LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006 (COTAS/PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP):

(X) Não há óbice à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte e, caso aplicável, à divisão do(s) item(ns) em cota reservada para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

() Não é possível aplicar o art. 48, I e/ou III, da LC n. 123/2006. Justificativa:

2) JUSTIFICATIVA DAS QUANTIDADES:

2.1) Quantas unidades de serviços ou bens deverão ser contratadas?

Os quantitativos foram estipulados por esta Diretoria, a qual é responsável pelo controle e gestão das atas de registro de preços. Desse modo, levou-se em consideração:

- 1. Quantidade do produto distribuído nos anos de 2023 e 2024;
- 2. Aumento no número de servidores, magistrados e colaboradores nas unidades;
- 3. A criação de novas unidades judiciárias.

Diante das considerações elencadas, foi possível estabelecer os seguintes quantitativos estimados para consumo anual:

UNIDADES	QUANTITATIVO Unitário
Balneário Piçarras, Barra Velha, Itajaí,Navegantes e Penha	7000
Camboriú, Itapema, Porto Belo e São João Batista	3000
Guaramirim, Jaraguá do Sul e São Francisco do Sul	4512
Ascurra, Blumenau, Brusque, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode e Timbó	11136
Campos Novos, Fraiburgo, Lebon Régis e Santa Cecília	3300
Correia Pinto, Lages e Otacílio Costa	6100
Bom Retiro, São Joaquim e Urubici	3660
Capinzal, Catanduvas, Herval d'Oeste e Joaçaba	4020
Araranguá, Forquilha, Içara, Meleiro e Turvo	5000
Santa Rosa do Sul e Sombrio	1500
Armazém, Braço do Norte, Lauro Müller e Orleans	3000
Capivari de Baixo, Garopaba, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna e Tubarão	6036
Mafra e Rio Negrinho	2100
Canoinhas e Porto União	3948
Ituporanga, Rio do Oeste, Rio do Sul e Trombudo Central	3396
Rio do Campo e Taió	1176
Itapoá	720
Dionísio Cerqueira	504
São José do Cedro	288
São Miguel do Oeste	1320
Ipumirim, Itá e Seara	1104
Pinhalzinho	504
São Domingos	864
GRANDE FLORIANÓPOLIS (TJSC, Unidades administrativas, Comarcas de Biguaçu, Capital, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São José	100000

2.2 Qual o histórico da demanda pelo bem ou serviço?

Visando apresentar dados históricos, foram selecionados os anos de 2023 e 2024, para apresentar as aquisições nesse período:

Unidades	Quantidade 2023	Quantidade 2024
----------	-----------------	-----------------

Balneário Piçarras, Barra Velha, Itajaí, Navegantes e Penha	3900	3537
Camboriú, Itapema, Porto Belo e São João Batista	1482	1720
Araquari, Guaramirim, Jaraguá do Sul e São Francisco do Sul	2160	2388
Ascurra, Blumenau, Brusque, Gaspar, Indaial, Pomerode e Timbó	6108	7038
Campos Novos, Fraiburgo, Lebon Régis e Santa Cecília	1716	1992
Correia Pinto, Lages e Otacílio Costa	1790	2436
Bom Retiro, São Joaquim e Urubici	1668	1872
Capinzal, Catanduvas, Herval d'Oeste e Joaçaba	1752	1656
Araranguá, Forquilha, Içara, Meleiro e Turvo	2460	2676
Santa Rosa do Sul e Sombrio	600	756
Armazém, Braço do Norte, Lauro Müller e Orleans	1368	1248
Garopaba, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna e Tubarão	2104	2464
Mafrá, Rio Negrinho e São Bento do Sul	1128	1140
Canoinhas e Porto União	1610	1584
Ituporanga, Rio do Oeste, Rio do Sul e Trombudo Central	1524	1884
Rio do Campo e Taió	566	624
Itapoá	336	276
Dionísio Cerqueira	276	288
Itá e Seara	228	294
São Domingos	0	105
GRANDE FLORIANÓPOLIS (TJSC, Unidades administrativas, Comarcas de Biguaçu, Capital, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São José	40484	45924

IV.3 Haverá incremento ou diminuição da demanda levando-se em conta os objetivos propostos no Planejamento Estratégico Institucional ou no planejamento específico da unidade gestora orçamentária, a exemplo do Plano de Obras ou Plano Diretor de Tecnologia da Informação?

Não há previsão de incremento ou diminuição da demanda.

XI. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico.

XII. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço.

XIII. PARCELAMENTO DO OBJETO (CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO):

XIII.1 A adjudicação do objeto se dará por item ou por grupo de itens? A adjudicação será dar por item.

XIII.2 Em caso de agrupamento de itens, quais as justificativas da não adoção do parcelamento da solução?

Aquisição dos objetos será realizada com o agrupamento de algumas comarcas em itens, divididos por região. A reunião justifica-se pela proximidade entre as Comarcas/Unidades e a regularidade do quantitativo anual consumido, o que facilita o controle da solicitação e entrega dos produtos, além de abrir espaço para maior

concorrência entre as empresas, com vistas ao melhor preço possível para a Administração. Com a regionalização das contratações pretende-se, também, unir o fornecimento das Comarcas de pequeno porte às aquelas de maior porte, buscando, assim, empresas que tenham maior estrutura e logística e possibilitar aos fornecedores especializados em distribuição de leite, a oferta de maiores descontos na hora da composição do preço. Da mesma forma, o agrupamento objetiva o atendimento às comarcas com dificuldades de encontrar fornecedores aptos a participar de licitações e a contratação por preços menores, diante da quantidade a ser entregue. Destaca-se, inclusive, que à ocasião do exame de requisição de compras, verificou-se a existência de comarcas menores que frequentemente enfrentam obstáculos na aquisição de leite porquanto ausentes fornecedores interessados. Salienta-se que além da possibilidade de redução de pregões desertos e da contratação a preços mais vantajosos, a reunião das comarcas em um único grupo facilita o fornecimento dos produtos (até mesmo pela Administração Pública, que deve fazer as autorizações de fornecimento e controlar a contratação) e também o monitoramento das estimativas de consumo, bem como o controle orçamentário.

XIV. PRAZOS

a) De execução: 12 meses, a contar do recebimento da primeira autorização de fornecimento pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, mediante termo aditivo, se houver interesse das partes;

b) De entrega do produto:

b.1) Para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Divisão de Serviços Gerais - Prédio Sede do PJSC), que integra os **itens 24 e 25**, o prazo é de, no máximo, 3 (três) dias úteis após recebimento da autorização de fornecimento. Estima-se que sejam elaboradas para o Tribunal de Justiça autorizações de fornecimento semanais, podendo, em casos excepcionais, ocorrer mais pedidos.

b.2) Nos demais itens e demais locais dos **itens 24 e 25**, o prazo de entrega é de no máximo 7 (sete) dias úteis após o recebimento da autorização de fornecimento. Estima-se que sejam elaboradas 2 (duas) autorizações de fornecimento por mês, podendo, em casos excepcionais, ocorrer mais pedidos;

c) De garantia dos produtos: **30 dias**

d) Da prestação da assistência técnica: não se aplica.

e) De substituição dos produtos fornecidos em desacordo com o edital: 3 (três) dias úteis.

f) Prazo de Validade dos Produtos: deverá vir impresso na embalagem e ser igual ou superior a **60 (sessenta) dias**, contados a partir do recebimento provisório.

XV. INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO DO CONTRATO

a) A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual, nos termos do Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de

resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

b) O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a este PJSC o direito de extinguir o instrumento contratual a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

c) O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção ou sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da CONTRATADA, independentemente de outras penalidades.

d) Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

ANEXO II - UNIDADES E ENDEREÇOS PARA ENTREGA

ITEM 1			
	Comarca	Unidade	Endereço
1	Balneário Piçarras	-	Rua Eulálio da Trindade, 26 - Centro, Piçarras - SC, 88380-000
2	Barra Velha	-	Rua José do Patrocínio de Oliveira, 1003 - Centro, Barra Velha - SC, 88390-000
3	Itajaí	Fórum Central	Rua Uruguai, 222 - Centro, Itajaí - SC, 88302-200
	Itajaí	Juizado Especial Cível - Fórum Universitário	Avenida Joca Brandão, 655 - Centro, Itajaí - SC, 88301-441
4	Navegantes	-	Rua Manoel Leopoldo Rocha, 765 - São Domingos, Navegantes - SC, 88370-564

5	Penha	-	Avenida Nereu Ramos, 315 - Centro, Penha - SC, 88385-000
---	-------	---	--

ITEM 2			
	Comarca	Unidade	Endereço
1	Camboriú	-	Avenida São Paulo, 1271 - Santa Regina, Camboriú - SC, 88345-662
2	Itapema	-	Rua 700, 270 - Casa Branca, Itapema - SC, 88220-000
3	Porto Belo	-	Rua Maurílio Manoel da Silva, 252 - Perequê, Porto Belo - SC, 88210-000
4	São João Batista	-	Rua Otaviano Dadam, 201 - São João Batista - SC, 88240-000

ITEM 3			
	Comarca	Unidade	Endereço
1	Guaramirim	-	Rua João Sotter Correa, 300 - Amizade, Guaramirim - SC, 89270-130
2	Jaraguá do Sul	Fórum Central	Rua Guilherme Cristiano Wackernhagen, 87 - Vila Nova, Jaraguá do Sul - SC, 89259-300
	Jaraguá do Sul	Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Jaraguá do Sul	Rua João Planincheck, 1990, 10º andar - Jaraguá Esquerdo, Jaraguá do Sul - SC, 89253-105
3	São Francisco do Sul	-	Rua Coronel Oliveira, 289 - São Francisco do Sul - SC, 89240-000

ITEM 4			
	Comarca	Unidade	Endereço

1	Ascurra	-	Rua Benjamin Constant, 1097 – Ascurra – SC, 89138-000
2	Blumenau	Fórum Central	Rua Zenaide Santos de Souza, 363 – Velha, Blumenau – SC, 89036-901
	Blumenau	Fórum Universitário	Praça Vitor Konder, 1 – Centro, Blumenau – SC, 89010-150
3	Brusque	Fórum Central	Rua Eduardo Von Buettner, 55 – Centro I, Brusque – SC, 88350-050
	Brusque	Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Brusque	Rua João Bauer, 434, Edifício Platinum, 1º andar – Centro I, Brusque – SC, 88350-100
4	Gaspar	-	Rua Prefeito Julio Schramm, 33 – Sete de Setembro, Gaspar – SC, 89114-900
5	Guabiruba	-	Rua Brusque, 804, Edifício Garmisch – Guabiruba – SC, 88360-000
6	Indaial	-	Rua Tiradentes, 111 – Centro, Indaial – SC, 89080-030
7	Pomerode	-	Rua XV de Novembro, 700 – Centro, Pomerode – SC, 89107-000
8	Timbó	-	Rua Honorato Tonolli, 177 – Nações, Timbó – SC, 89090-414

ITEM 5			
	Comarca	Unidades	Endereço
1	Campos Novos	-	Praça Lauro Muller, 121 – Centro, Campos Novos – SC, 89620-000
2	Fraiburgo	-	Avenida Curitibanos, 375 – Centro, Fraiburgo – SC, 89580-108

3	Lebon Regis	-	Rua Valdir Ortiga, 45 - Lebon Régis - SC, 89515-000
4	Santa Cecília	-	Rua XV de Novembro, s/n - Santa Cecília - SC, 89540-000

ITEM 6			
	Comarca	Unidades	Endereço
1	Correia Pinto	-	Rua Vitória Régia, 1715 - Pró-Flor, Correia Pinto - SC, 88535-000
2	Lages	-	Avenida Belizário Ramos, 3650 - Sagrado Coração de Jesus, Lages - SC, 88502-905
3	Otacílio Costa	-	Rua Balduino Westphal, 444 - Otacílio Costa - SC, 88540-000

ITEM 7			
	Comarca	Unidades	Endereço
1	Bom Retiro	-	Rua Quatorze de Janeiro, 165 - Centro, Bom Retiro - SC, 88680-000
2	São Joaquim	-	Rua Domingos Martorano, 302 - Centro, São Joaquim - SC, 88600-000
3	Urubici	-	Rua Nereu Ramos, 200 - Centro, Urubici - SC, 88650-000

ITEM 8			
	Comarca	Unidades	Endereço
1	Capinzal	-	Rua Carmelo Zocolli, 133 - Capinzal - SC, 89665-000
2	Catanduvás	-	Rua Alm. Tamandaré, 2776 - Centro, Catanduvás - SC
3	Herval d' Oeste	-	Rua Nereu Ramos, 891 - Vila Militar, Herval d'Oeste - SC, CEP 89610-000

4	Joaçaba	-	Rua Salgado Filho, 160 - Joaçaba - SC, 89600-000
---	---------	---	--

ITEM 9			
	Comarca	Unidades	Endereço
1	Araranguá	-	Rua Coronel João Fernandes, 195 - Centro, Araranguá - SC, 88900-904
2	Forquilha	-	Rua Ivo Manoel Mezari, 44 - Santa Ana, Forquilha - SC, 88850-000
3	Içara	-	Rua Salete Scotti dos Santos, 150 - Jardim Elizabeth, Içara - SC, 88820-298
4	Meleiro	-	Rua José Mezari, 281 - Jardim Itália, Meleiro - SC, 88920-000
5	Turvo	-	Rua Raul Manfredini, 520 - Cidade Alta, Turvo - SC, 88930- 000

ITEM 10			
	Comarca	Unidades	Endereço
1	Santa Rosa do Sul	-	Rua Raul José dos Santos, 120 - Centro, Santa Rosa do Sul - SC, 88965-000
2	Sombrio	-	Rua Edílio Antônio da Rosa, 974 - São Luiz, Sombrio - SC, 88960- 000

ITEM 11			
	Comarca	Unidades	Endereço
1	Armazém	-	Rua Luiz Gonzaga Westrupp, 85 - Centro, Armazém - SC, 88740-000
2	Braço do Norte	-	Praça Padre Roer, 118 - Centro, Braço do Norte - SC, 88750- 000

3	Lauro Müller	-	Rua Pedro Raimundo, 15 - Centro, Lauro Muller - SC, 88880-000
4	Orleans	-	Rua Rui Barbosa, 320 - Orleans - SC, 89870-000

ITEM 12			
	Comarca	Unidades	Endereço
1	Capivari de Baixo	-	Rua João Rodrigues Martins, 164 - Centro, Capivari de Baixo - SC, 88745-000
2	Garopaba	-	Rua Santa Rita, 100 - Garopaba - SC, 88495-000
3	Imaruí	-	Avenida Governador Celso Ramos, 388 - Imaruí - SC, 88770-000
4	Imbituba	-	Rua Ernani Cotrin, 731 - Village, Imbituba - SC, 88780-000
5	Jaguaruna	-	Rua Nestor Horácio Luiz, s/n - Loteamento Cristo Rei, Jaguaruna - SC, 89715-000
6	Laguna	-	Rua Arcângelo Bianchini, 69 - Progresso, Laguna - SC, 88790-000
7	Tubarão	-	Rua Wenceslau Braz, 560 - Vila Moema, Tubarão - SC, 88705-069

ITEM 13			
	Comarca	Unidades	Endereço
1	Mafra	-	Avenida Coronel José Severiano Maia, 863 - Buenos Aires, Mafra - SC, 89300-000
2	Rio Negrinho	1ª Vara	Rua Theodoro Junctum, 144, 2º andar, Edifício Vimaza - Centro, Rio Negrinho - SC, 89295-000

	Rio Negrinho	2ª Vara	Rua Carlos Hantschel, 425 – Bela Vista, Rio Negrinho – SC, 89295- 000
--	--------------	---------	--

ITEM 14			
	Comarca	Unidades	Endereço
1	Canoinhas	-	Rua Duque de Caxias, 80 – Centro, Canoinhas – SC, 89460-102
2	Porto União	-	Rua Voluntários da Pátria, 365 – Cidade Nova, Porto União – SC, 89400-000

ITEM 15			
	Comarca	Unidades	Endereço
1	Ituporanga	-	Rua Joaquim Boing, s/n – Centro, Ituporanga – SC, 88400-000
2	Rio do Oeste	-	Rua XV de Novembro, 1061 - Centro, Rio do Oeste – SC, 89180- 000
3	Rio do Sul	-	Rua XV de Novembro, 1255 – Laranjeiras, Rio do Sul – SC, 89167-328
4	Trombudo Central	-	Rua Emílio Graubner, 300 – Trombudo Central – SC, 89176- 000

ITEM 16			
	Comarca	Unidades	Endereço
1	Rio do Campo	-	Rua Vinte e Nove de Dezembro, 34 – Centro, Rio do Campo – SC, 89198-000 Rua Expedicionário Rafael Bussarelo, 345, Edifício Niedermaier – Centro, Taió – SC, 89190-000

2	Taió	-	Rua Expedicionário Rafael Bussarelo, 345, Edifício Niedermaier - Centro, Taió - SC, 89190-000
---	------	---	---

ITEM 17			
	Comarca	Unidades	Endereço
1	Itapoá	-	Rua Mariana Michels Borges, 776 - Paese, Itapoá - SC, 89249-000

ITEM 18			
	Comarca	Unidades	Endereço
1	Dionísio Cerqueira	-	Avenida Washignton Luís, 670 - Dionísio Cerqueira - SC, 89950-000

ITEM 19			
	Comarca	Unidades	Endereço
1	São José do Cedro	-	Rua Padre Aurélio, 235 - São José do Cedro - SC, 89930-000

ITEM 20			
	Comarca	Unidades	Endereço
1	São Miguel do Oeste	-	Rua Marcílio Dias, 2070 - Sagrado Coração, São Miguel do Oeste - SC, 89900-000

ITEM 21			
	Comarca	Unidades	Endereço
1	Ipumirim	-	Rua Bento Gonçalves, 143 - Centro, Ipumirim - SC, 89790-000
2	Itá	-	Rua Onze, 500 - Itá - SC, 89760-000
3	Seara	-	Rua do Comércio, 171 - Seara - SC, 89770-000

ITEM 22

	Comarca	Unidades	Endereço
1	Pinhalzinho	-	Avenida Recife, 1700 - Pinhalzinho - SC, 89870-000

ITEM 23

	Comarca	Unidades	Endereço
1	São Domingos	-	Rua Brasil, 285 - São Domingos - SC, 89835-00

ITENS 24 e 25

	Comarca	Unidades	Endereço
1	Biguaçu	Comarca de Biguaçu	Avenida Rio Branco, 29 - Centro, Biguaçu - SC, 88160-120
	Biguaçu	Comarca de Biguaçu - Unidade Judiciária de Cooperação	Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 288, sala 1501 - Centro, Biguaçu - SC, 88160- 000
2	Capital	Fórum Central - Rid Silva	Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 - Centro, Florianópolis - SC, 88020-901
	Capital	Vara de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais	Rua Tenente Silveira, 60, Edifício Pró- Cidadão, 1º andar - Centro, Florianópolis - SC, 88010-300
3	Capital	Fórum Eduardo Luz	Rua José da Costa Moellmann, 197 - Centro, Florianópolis - SC, 88020-170
4	Capital	Fórum Distrital Norte da Ilha - UFSC	Campus Universitário - Avenida Desembargador Vitor Lima, 183, Fundos - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-400
	Capital	Fórum Distrital Norte da Ilha - SC 401	SC 401 - Rodovia José Carlos Daux, 4190, Edifício High Tech Business Center, 3º andar, Torre A - Saco Grande, Florianópolis - SC, 88032-005

5	Capital	Unidade Fórum Estadual Bancário, das Turmas Recursais e da Unidade Regional de Execuções Fiscais Municipais	Rua Presidente Coutinho, 232 – Centro, Florianópolis – SC, 88015-230
6	Capital	Fórum Distrital do Continente	Rua São José, 300 – Balneário, Florianópolis – SC, 88075-310
7	Palhoça	-	Rua Hilza Terezinha Pagani, 409, Loteamento Pagani – Passa Vinte, Palhoça – SC, 88132-256
8	Santo Amaro da Imperatriz	Comarca de Santo Amaro da Imperatriz	Rua Frei Fidêncio Feldmann, 425 – Centro, Santo Amaro da Imperatriz – SC, 88140-000
	Santo Amaro da Imperatriz	1ª Vara da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz	Rua Frei Fidêncio Feldmann, 199, Térreo – Centro, Santo Amaro da Imperatriz – SC, 88140-000
9	São José	Comarca de São José	Rua Domingos André Zanini, 380 – Barreiros, São José – SC, 88117-905
10	TJSC	Academia Judicial	Rua Almirante Lamego, 1386 – Centro, Florianópolis – SC, 88015-601
11	TJSC	Unidade Presidente Coutinho	Rua Presidente Coutinho, 232 – Centro, Florianópolis – SC, 88015-230
12	TJSC	Divisão de Almoxarifado	BR 101, Km 208, s/n – Picadas do Sul, São José – SC, 88106-502
13	TJSC	Divisão de Arquivo	Rua Jorge Marcelino Coelho, 420 – Guarda do Cubatão, Palhoça – SC, 88135-300
14	TJSC	Divisão de Patrimônio	BR 101, Km 208, s/n – Picadas do Sul, São José – SC, 88106-502
15	TJSC	Seção de Serviços Gerais - TJSC	Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 – Centro, Florianópolis – SC, 88020-901

16	TJSC	Seção de Gerenciamento e Manutenção de Equipamentos de TI	Rua Vereador Artur Manoel Mariano, 501, Galpão 555A - Forquilha, São José - SC, 88106-501
----	------	---	---

Informações em cumprimento à Lei Estadual 17.983, de 19.8.2020, estão disponíveis para consulta no QRCode:



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme e Silva Pamplona, Diretor**, em 24/02/2026, às 12:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **10379263** e o código CRC **3BF36384**.

0101592-77.2025.8.24.0710

10379263v2